

Concurso público

Tendente à celebração de contrato de aquisição de serviços de seguro de acidentes de trabalho e seguro de saúde para a ARDITI

Ref. n.º CP 01/ARDITI/2024

CADERNO DE ENCARGOS



Índice

Capítulo I	4
Disposições Gerais	4
Cláusula 1.ª	4
Objeto	4
Cláusula 2.ª	4
Contrato	4
Cláusula 3.ª	5
Prazo de execução	5
Capítulo II	5
Obrigações da Entidade Adjudicante.....	5
Cláusula 4.ª	5
Preço contratual	5
Cláusula 5.ª	6
Condições de pagamento.....	6
Cláusula 6.ª	7
Atualização dos prémios	7
Cláusula 7.ª	7
Gestor do contrato	7
Capítulo III	7
Obrigações do Adjudicatário.....	7
Cláusula 8.ª	7
Obrigações principais.....	7
Capítulo IV	9
Obrigações acessórias	9
Cláusula 9.ª	9
Deveres de informação	9
Cláusula 10.ª	9
Dever de sigilo	9



Cláusula 11. ^a	9
Proteção de dados	9
Capítulo V	11
Modificações, incumprimento e extinção do contrato	11
Cláusula 12. ^a	11
Subcontratação e cessão da posição contratual	11
Cláusula 13. ^a	11
Alterações societárias e insolvência do adjudicatário	11
Cláusula 14. ^a	11
Força maior	11
Cláusula 15. ^a	12
Sanções pecuniárias	12
Cláusula 16. ^a	13
Resolução pela Entidade Adjudicante	13
Cláusula 17. ^a	13
Resolução pelo adjudicatário	13
Capítulo VI	14
Disposições finais	14
Cláusula 18. ^a	14
Comunicações e notificações	14
Cláusula 19. ^a	14
Foro competente	14
Cláusula 20. ^a	14
Legislação aplicável	14



Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as clausulas a incluir no Contrato que tem por objeto principal a aquisição de serviços de seguro de acidentes de trabalho e seguro de saúde para a ARDITI, nos termos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada.
2. Os contratos a celebrar compreendem as seguintes apólices de seguro, distribuídas pelos seguintes lotes:
 - a. **Lote 1: Seguro de Acidentes de Trabalho;**
 - b. **Lote 2: Seguro de Saúde.**
3. Através do objeto identificado no número 1 do presente artigo, visa-se assegurar a transferência de risco em direto para as seguradoras por meio da contratação de apólices de seguro, nos termos identificados nos Anexos do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O Contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela Entidade Adjudicante;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse Código.

Cláusula 3.ª

Prazo de execução

1. Os Contratos a celebrar têm como prazo de execução 12 (doze) meses, prorrogando-se automaticamente, por períodos sucessivos de 12 meses até ao máximo de 36 (trinta e seis) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo e do previsto nos números seguintes.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a data estimada de início dos contratos será a seguinte:
 - a. O contrato do **Lote 1 – Seguro de Acidentes de Trabalho**, inicia a sua vigência no dia 1 de abril de 2025, pela duração contratual prevista no número 1 da presente cláusula.
 - b. O contrato do **Lote 2 – Seguro de Saúde**, inicia a sua vigência no dia 1 de fevereiro de 2025, pela duração contratual prevista no número 1 da presente cláusula.

Capítulo II

Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 4.ª

Preço contratual

1. Pela execução do Contrato, a Entidade adjudicante paga ao adjudicatário, o preço contratual de € 170.000,00 (cento e setenta mil euros), sem o IVA à taxa legal em vigor, para a totalidade das apólices estabelecidas no presente Caderno de Encargos, compreendendo o total dos 36 meses de vigência máxima dos contratos.
2. A apólice de seguro de cada um dos lotes, acrescido de todos os outros elementos que compõem a fatura a pagar ao adjudicatário e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras (que compõe assim o prémio total), para o prazo máximo de vigência admitido é de (valores sem IVA):
 - a. **Lote 1 - Seguro de Acidentes de Trabalho:** até ao montante máximo de € 55.000,00 (cinquenta e cinco mil euros), para um total de 36 (trinta e seis) meses;
 - b. **Lote 2 - Seguro de Saúde:** até ao montante máximo de € 115.000,00 (cento e quinze mil euros), para um total de 36 (trinta e seis) meses.
3. O preço contratual de cada lote corresponderá ao preço máximo constante do número anterior.
4. No decurso da execução do contrato, o adjudicatário não poderá, por sua iniciativa, efetuar qualquer alteração às taxas, prémios, coberturas, franquias e outras condições acordadas com a entidade adjudicante, com exceção do indicado nas seguintes alíneas e sem prejuízo do previsto na cláusula seguinte:
 - a. São permitidas alterações nas coberturas sempre que as mesmas sejam reforçadas sem impacto nos valores dos prémios e taxas;
 - b. Só são permitidas alterações às taxas e prémios das apólices, se estas resultarem de disposição legal, de norma do ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de

- Pensões, ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com consentimento por parte da entidade adjudicante;
- c. As alterações que ocorram nas circunstâncias previstas na alínea anterior, com exceção dos casos de particular agravamento do risco, produzem efeitos na data de vencimento da apólice e deverão ser obrigatoriamente comunicadas à Entidade adjudicante com a antecedência mínima de 60 dias, por correio eletrónico para o endereço do gestor de contrato, sob pena de ineficácia.
5. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes à execução do Contrato, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade adjudicante, nomeadamente, despesas relacionadas com mão de obra, deslocações de meios humanos, aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, impostos e taxas alfandegárias, serviços de formação, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 5.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas pela mesma.
2. As faturas relativas a qualquer prestação contratual só podem ser emitidas pelo adjudicatário após o vencimento da obrigação que lhes subjaz e, quando tenham sido aplicadas sanções pecuniárias nos termos da cláusula 15.ª, a fatura subsequente a essa aplicação já deve refletir a dedução, nos pagamentos a efetuar, das quantias devidas a título de penalidades.
3. Para efeitos do previsto no número anterior, o pagamento das apólices objeto do contrato são fixadas de acordo com o previsto no Regime Jurídico do Contrato de Seguro e com a periodicidade prevista no Programa de Seguros, só podendo a(s) fatura(s) ser emitida(s) após a emissão da(s) respetiva(s) apólice(s) de seguro.
4. Antes de cada pagamento previsto no n.º 1, o adjudicatário deverá remeter à Entidade Adjudicante a correspondente fatura, acompanhada do comprovativo da verificação do facto que constitui o seu pressuposto, emitido pelos representantes incumbidos da fiscalização, constituindo a apresentação desses documentos requisito prévio para a sua liquidação.
5. As faturas devem ser emitidas pelo adjudicatário de acordo com o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, observando o disposto no Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro, na sua redação atual, nomeadamente no que diz respeito à aposição da assinatura eletrónica digital.
6. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto ao valor indicado na fatura, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

7. Desde que devidamente emitida e observado o disposto nos números anteriores, a fatura será paga através de transferência bancária para o Número de Identificação Bancária Internacional (IBAN) indicado pelo adjudicatário no Contrato.

Cláusula 6.ª

Atualização dos prémios

Para os seguintes ramos de seguros, os prémios serão atualizados da seguinte forma:

- a) Seguro de acidentes de trabalho: no final de cada anuidade é efetuado um acerto no prémio entre o valor real de remunerações durante o mesmo período e o valor considerado com estimativa salarial anual. À diferença entre estes dois valores é aplicada a taxa comercial adjudicada, podendo dar lugar à emissão de um estorno (caso o valor real seja inferior à estimativa anual) ou à emissão de um prémio adicional (caso o valor real seja superior à estimativa salarial). Em qualquer um dos casos serão acrescidos os respetivos impostos legais em vigor.
- b) Seguro de saúde: No caso de haver inclusão ou exclusão de pessoas seguras durante a vigência do contrato, será emitido o respetivo prémio ou estorno calculado com base no critério Pro Rata Temporis e de acordo com a taxa/prémio comercial adjudicado. Em qualquer um dos casos serão acrescidos os respetivos impostos legais em vigor.

Cláusula 7.ª

Gestor do contrato

1. A Entidade Adjudicante designará o gestor do contrato nos termos e para os efeitos do artigo 290.º-A do CCP, sendo o adjudicatário informado da respetiva designação aquando da decisão de adjudicação e/ou com a outorga do Contrato.
2. O gestor do contrato tem por função a avaliação do bom cumprimento do Contrato, devendo comunicar à Entidade Adjudicante quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias que detete na execução do Contrato, nos termos definidos no artigo 290.º-A do CCP.

Capítulo III

Obrigações do Adjudicatário

Cláusula 8.ª

Obrigações principais

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na lei, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Emitir as apólices de seguro adjudicadas e assegurar a cobertura dos riscos nos termos definidos no presente Caderno de Encargos e seus Anexos;
 - b) Comunicar, com a devida antecedência, os factos que tornem total ou parcialmente impossível, o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
 - c) Deter todas as autorizações, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no Contrato;
 - d) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato e que altere designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - e) Nomear um gestor de contrato que fará a ligação com o gestor do contrato nomeado pela Entidade Adjudicante no que concerne a todas as questões relevantes para a boa execução do Contrato.
2. O adjudicatário fica, ainda, obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos Bens e à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
 3. No caso de a Entidade Adjudicante verificar que os meios utilizados pelo adjudicatário são insuficientes ou inadequados para a boa execução do Contrato, pode recomendar o seu reforço, incluindo a aquisição de meios materiais ou a sua modificação ou substituição, sem encargos adicionais para a Entidade Adjudicante.
 4. O adjudicatário deve cumprir todas as obrigações legais respeitantes aos seus trabalhadores, nomeadamente laborais e de segurança social, bem como as normas e princípios em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável em vigor entre os quais se destaca o princípio de "não prejudicar significativamente" (Comunicação da Comissão da União Europeia 2021/C58/01).
 5. O adjudicatário é responsável, para efeitos do presente Contrato, pelos atos dos seus representantes legais, trabalhadores, colaboradores e subcontratados, como se por ele fossem praticados.

Capítulo IV

Obrigações acessórias

Cláusula 9.ª

Deveres de informação

1. Cada uma das Partes informará de imediato a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das Partes avisará de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer das suas obrigações.
3. No prazo de 15 dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte informará as restantes do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

Cláusula 10.ª

Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra relativa à entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e exclusivamente, à execução do Contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que esta seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.ª

Proteção de dados

1. O adjudicatário obriga-se a cumprir todas as disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, no sentido conferido pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados ("Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados" ou "RGPD") e demais legislação da União Europeia e nacional aplicável, nomeadamente, no disposto na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, em relação a todos os dados pessoais a que eventualmente aceda, recolha ou conserve no âmbito

ou para efeitos da prestação dos serviços, nomeadamente, dados pessoais de trabalhadores, colaboradores e prestadores de serviços da entidade adjudicante.

2. A Entidade Adjudicante e o adjudicatário reconhecem e aceitam que, relativamente a todos os dados pessoais a que o adjudicatário tiver acesso ou lhe forem transmitidos pela Entidade Adjudicante para efeitos de execução do presente Contrato:
 - a) A Entidade Adjudicante atuará na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados, determinando as finalidades e os termos do tratamento desses dados pelo adjudicatário;
 - b) O adjudicatário atuará na qualidade de entidade subcontratante, tratando os dados pessoais em estrita observância das instruções dadas pela Entidade Adjudicante, como responsável pelo tratamento desses dados.
3. O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra pessoa, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tiver acesso ou que lhe forem transmitidos pela responsável pelo tratamentos de dados ao abrigo do Contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, por aquela responsável ou pelos titulares dos dados no exercício dos seus respetivos direitos.
4. O adjudicatário concorda com o acesso aos dados pessoais tratados ao abrigo do Contrato será estritamente limitado ao pessoal que necessitar de ter acesso aos mesmos para efeitos de cumprimento das obrigações aqui assumidas.
5. O adjudicatário obriga-se a comunicar de imediato à responsável pelo tratamento dos dados qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados pessoais ou de algum modo dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados, devendo ainda tomar todas as medidas necessárias e ao seu alcance para a fazer cessar de imediato.
6. O adjudicatário poderá conservar os dados pessoais por conta da Entidade Adjudicante apenas durante o período em que seja necessário o acesso aos dados para realização da operação de tratamento.
7. No momento da cessação do Contrato, os dados pessoais que não estejam sujeitos a regras específicas de conservação, devem ser, consoante a escolha da Entidade Adjudicante, eliminados ou devolvidos pelo adjudicatário, apagando-se e/ou destruindo-se quaisquer cópias existentes, quer em suporte físico, quer em suporte digital.

Capítulo V

Modificações, incumprimento e extinção do contrato

Cláusula 12.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação e a cessão da posição contratual pelo adjudicatário dependem da autorização da Entidade Adjudicante e fica sujeita ao disposto nos artigos 317.º, 318.º e 319.º do CCP.

Cláusula 13.ª

Alterações societárias e insolvência do adjudicatário

1. O adjudicatário tem o dever de comunicar de imediato à Entidade Adjudicante, na medida do legalmente possível, o início ou a iminência de qualquer processo judicial ou extrajudicial que possa conduzir à alteração do seu contrato de sociedade, à alienação, transmissão ou oneração das participações no seu capital social, que requeiram notificação às entidades reguladoras competentes, ou à declaração da sua insolvência, extinção ou providência análoga, incluindo das sociedades que o dominam.
2. O início ou iminência de um processo nos termos previstos no número anterior pode ser considerado como incumprimento definitivo do Contrato quando isso objetivamente dificulte ou impeça o cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, podendo a Entidade Adjudicante, nesse caso, resolver o Contrato.

Clausula 14.ª

Força maior

1. Nenhuma das partes incorre em responsabilidade se, por força maior devidamente comprovada e aceite, for impedida de cumprir com as obrigações assumidas no Contrato.
2. Entende-se por força maior qualquer acontecimento que impossibilite a realização pontual das prestações contratuais, alheio à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe sejam razoavelmente exigíveis de contornar ou evitar.
3. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, condições meteorológicas extremas, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
5. A ocorrência de eventos que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada e devidamente fundamentada à outra parte nos termos da cláusula 10.^a.
6. Sem prejuízo do direito de resolução que assiste à Entidade Adjudicante nos termos do presente caderno de encargos, a força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.^a

Sanções pecuniárias

1. Sem prejuízo da possibilidade de resolver o Contrato pelo incumprimento das obrigações emergentes do Contrato, imputável ao adjudicatário, e nos demais termos da lei, a Entidade Adjudicante pode proceder à aplicação da seguinte penalidade:
 - a) Por cada semana (período completo de 7 (sete) dias) de atraso na emissão de cada apólice de seguro, será aplicada uma sanção no valor de € 200,00 (duzentos euros).
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
4. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com o valor das sanções pecuniárias aplicadas nos termos da presente cláusula.

5. A aplicação das sanções pecuniárias previstas nos números anteriores não prejudica qualquer direito de indemnização, legal ou contratualmente fixado a favor da Entidade Adjudicante, incluindo indemnização pelo dano excedente.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16.ª

Resolução pela Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do Contrato previstos na lei e nos artigos 333.º e seguintes do CCP, a Entidade Adjudicante pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido nos números anteriores exerce-se mediante comunicação escrita enviada para a sede do adjudicatário, da qual conste a identificação do incumprimento contratual em causa.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma indemnização, a título de cláusula penal, computada até 20% do preço contratual.
4. Tendo sido aplicadas penalidades moratórias, são as mesmas deduzidas na pena por incumprimento definitivo.

Cláusula 17.ª

Resolução pelo adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do Contrato previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato nos termos dos artigos 332.º do CCP.
2. O direito de resolução pelo adjudicatário é exercido mediante comunicação escrita enviada à Entidade Adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do Contrato pelo adjudicatário não determina a repetição das prestações já realizadas, cessando, porém, todas as obrigações do adjudicatário previstas no contrato a celebrar, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 18.ª

Comunicações e notificações

1. Todas as notificações e comunicações entre as Partes devem ser efetuadas por escrito, mediante carta registada, telefax ou correio eletrónico, e dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para a sede contratual de cada uma das partes identificadas no Contrato.
2. As comunicações e as notificações dirigidas à Entidade Adjudicante, efetuadas através de qualquer meio admissível, têm de ser efetuadas até às 17h00 do dia a que digam respeito, sob pena de se considerarem efetuadas às 10h00 do dia útil imediatamente seguinte.
3. As comunicações efetuadas mediante carta registada com aviso de receção consideram-se realizadas na data de assinatura do respetivo aviso.
4. Não se consideram realizadas as comunicações efetuadas por telefax ou correio eletrónico, cujo conteúdo não seja perfeitamente legível pelo respetivo destinatário, desde que este comunique esse facto à parte que tiver emitido a referida comunicação no primeiro dia útil imediatamente seguinte ao da respetiva receção.
5. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte, por carta registada nos 10 dias subsequentes à respetiva alteração.
6. As comunicações entre as Partes exclusivamente relativas à execução do contrato podem ser redigidas em língua inglesa.

Cláusula 19.ª

Foro competente

1. Na eventualidade de qualquer conflito, as partes devem sempre procurar chegar a um acordo sobre a situação em litígio, dentro dos princípios da boa-fé contratual, antes de recorrer aos meios contenciosos.
2. Quando as partes não conseguirem chegar a um acordo, nos termos do número anterior, para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 20.ª

Legislação aplicável

O contrato a outorgar é regido pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua redação atual, e pela demais legislação portuguesa aplicável.

ANEXO I

LOTE 1 - SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO

TOMADOR DO SEGURO

ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação - Associação

OBJECTO DO SEGURO

Transferir para entidade legalmente autorizada as responsabilidades imputáveis ao Tomador do Seguro pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro e pela Lei nº 98/2009, de 4 de setembro, ambos diplomas com a redação atual em vigor.

ATIVIDADE PREDOMINANTE

CAE Principal - 7219 – Outra investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais. Compreende as atividades no campo das ciências físicas e naturais (física, medicina, astronomia, ciências da terra, química, agricultura, etc.) no domínio dos três tipos de investigação e desenvolvimento (investigação fundamental, investigação aplicada e desenvolvimento experimental), disciplinar ou multidisciplinar.

A Seguradora obriga-se também a garantir o seguro para atividades de mergulho de até 50 metros junto da costa da Região Autónoma da Madeira para censos visuais, fotografia subaquática, colocação e remoção de instrumentos científicos e recolha de amostras e espécimes, treino e formação, para uma estimativa de 6 (seis) trabalhadores da ARDITI, por cada ano de apólice.



ÂMBITO DO SEGURO

Ficam abrangidos por este seguro todos os trabalhadores ao serviço do tomador, independentemente do seu vínculo contratual, efetivos ou eventuais, incluindo os que estão em regime de cedência de interesse público e os membros do Conselho de Administração, se remunerados e indicados na relação de pessoal a segurar (folha de férias).

O local de trabalho a segurar é todo o lugar em que o trabalhador se encontra ou deva dirigir-se em virtude do seu trabalho e em que esteja direta ou indiretamente, sujeito ao controlo do tomador do seguro, incluindo o regime de teletrabalho.

No tempo de trabalho englobam-se todos os acidentes que possam ocorrer no local de trabalho e durante o período de laboração, o que preceder o seu início, em atos de preparação ou com ele relacionados, e o que se lhe seguir, em atos também com ele relacionados, e as interrupções normais ou forçadas de trabalho, e ainda no percurso de e para o local de trabalho.

COBERTURAS E GARANTIAS

Ficam cobertos os acidentes de trabalho ocorridos em Portugal e, automaticamente, os riscos de deslocação e de exercício de atividade profissional ao e no estrangeiro, incluindo ações de formação profissional, por períodos iguais ou inferiores a 15 dias, sem qualquer agravamento de tarifário, ficando contempladas, para além das despesas relativas a assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, as despesas relativas ao transporte e repatriamento.

As indemnizações por incapacidade, parcial e/ou absoluta, são definidas em função do salário líquido, englobando as remunerações de carácter permanente ou regular incluídas na massa salarial segura, devendo corresponder ao salário líquido do sinistrado.

Os trabalhadores têm direito à reparação, em espécie e em dinheiro, de todos os danos resultantes de acidentes de trabalho, nos termos da legislação aplicável, com a redação em vigor.



Todos os capitais pagos pela empresa a qualquer colaborador ou sistema de proteção social a que este esteja agregado, a título de indemnização por acidentes de trabalho, estarão cobertos por este contrato.

MODALIDADE

A apólice será emitida na modalidade de “Seguro de Prémio Variável – Folhas de Férias” e terá a periodicidade de pagamento trimestral, sem cargas de fracionamento. O prémio será ajustado no final da anuidade com base nos valores reais da massa salarial anual a informar pela empresa, mediante o envio das folhas de férias.

ESTIMATIVA CAPITAL SEGURO

O capital seguro corresponde ao volume de retribuições pagos ao pessoal seguro, englobando todas as rubricas que revistam carácter de regularidade. Segundo informação disponível a massa salarial estimada para cada apólice de seguro é a seguinte.

	1.ª apólice de seguro	2.ª apólice de seguro	3.ª apólice de seguro
<i>Estimativa da Massa Salarial</i>	€ 2.497.447,82	€ 2.622.320,21	€ 2.753.436,22

APÓLICE DE SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO EM VIGOR

A responsabilidade pela reparação de acidentes de trabalho da ARDITI encontra-se assegurada pela “Fidelidade, Companhia de Seguros, S.A.”, através da apólice AT64935000.



ANEXO II

LOTE 2 - SEGURO DE SAÚDE

TOMADOR DO SEGURO E SEGURADO

ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação - Associação

OBJECTO DO SEGURO

O contrato de seguros terá por objeto garantir a prestação de serviços de saúde aos colaboradores da ARDITI, dentro dos limites definidos no “Quadro de Coberturas e Garantias” representado de seguida.

A seguradora responde a título de reembolso pelas despesas médicas, hospitalares e medicamentosas efetuadas pelas pessoas seguras limitadas às percentagens, capitais, franquias e riscos cobertos, estabelecidos no plano de seguros anexo à apólice.

A seguradora garante ainda o pagamento às pessoas seguras, até aos limites estabelecidos nas condições da apólice, de prestações convencionadas, em consequência de doença ou acidente ocorrido durante a vigência da apólice, na rede de prestadores de cuidados de saúde.

As despesas apresentadas para reembolso no seguro de saúde devem ser liquidadas através de transferência bancária num prazo máximo de 20 dias após a entrada nos serviços da seguradora.

ÂMBITO TERRITORIAL

O seguro é válido em Portugal Continental e Ilhas e funcionará em caso de acidente ou doença súbita ocorrida no estrangeiro, em estadias que independentemente da sua natureza tenham a duração máxima de 45 dias.



PESSOAS SEGURAS

São Pessoas Seguras os colaboradores do Tomador de Seguro e os membros do seu agregado familiar que forem identificados na relação de Pessoas Seguras, enviada pelo Tomador do Seguro, conforme listagem em anexo – Anexo III.

Para além dos trabalhadores identificados no Anexo III (40 trabalhadores) e, para efeitos de cálculo, é estimada a entrada de mais 12 colaboradores na 1.ª apólice de seguro.

A estimativa de idade dos novos colaboradores a incluir, está compreendido entre os 45 e os 50 anos.

A estimativa de colaboradores a segurar é a seguinte:

	1.ª apólice de seguro	2.ª apólice de seguro	3.ª apólice de seguro
<i>Estimativa de Pessoas Seguras</i>	52	57	62

A inclusão de novas Pessoas Seguras será efetuada mediante resposta ao Questionário Individual de Saúde e será considerada como data de inclusão a data de receção do respetivo questionário nos serviços do segurador.

Deverá ser assumido pela seguradora as pré-existências de saúde atuais de cada segurado, sem exclusões.

PERIODOS DE CARÊNCIA

Os Seguros de Saúde transferidos de outros Seguradores, não estão sujeitos a Períodos de Carência, com exceção das seguintes situações:

- Novas coberturas
- Novos capitais seguros



São aplicados períodos de carência apenas para novas coberturas e novos capitais, exceto em caso de acidente ou doença súbita que implique tratamento hospitalar urgente (internamento ou ambulatório).

REDE CREDENCIADA

O seguro de saúde deverá oferecer uma ampla rede de prestadores de serviços de saúde credenciados, incluindo hospitais, clínicas, laboratórios, médicos, entre outros, para garantir o acesso fácil e rápido aos serviços de saúde.

QUADRO DE COBERTURAS E GARANTIAS:

Devem ficar cobertas as seguintes condições especiais mínimas na rede e fora da rede:

COBERTURAS	DENTRO DA REDE	FORA DA REDE	CAPITAL	COPAGAMENTO	FRANQUIA
	COMPARTICIPAÇÃO (%)¹				
Hospitalização	100%	30%	€ 30.000,00	10% mín. € 250 e máx. € 500	
Quimioterapia	100%	30%		10% máx. € 500	
Assistência Ambulatória	100%	30%	€ 2.500,00		
Consultas Cuidados Primários				€ 19,00	
Consultas de Especialidade				€ 19,00	
Médico Assistente				€ 12,50	
Médico Assistente Online				€ 10,00	
Domicílios				€ 25,00	
Urgências				€ 50,00	
Fisioterapia			€ 500,00 Incl Ambulat.	€ 7,50	
Análises (por análise)				€ 2,00	
Anatomia Patológica				€ 10,00	
Raio X				€ 10,00	
Ecografia				€ 15,00	

¹ Com exceção dos copagamentos previsto.

Medicina Nuclear				20%	
TAC				€ 30,00	
Ressonância Magnética				€ 70,00	
Cirurgias Amb. não Hospitalar				20%	
Outros Meios Compl. Diagnóstico				20%	
Saúde Mental					
Internamento	100%		20 Dias		1 dia de franquia
Psiquiátrico	100%				
Psicologia e Psicoterapia	100%		20 Sessões	€ 19,00	
Consultas de Psiquiatria	100%		Incluído em ambulatório	€ 19,00	
Médico online	100%				
Medicina Geral e Familiar			Ilimitado	€ 0,00	
Pediatria			Ilimitado	€ 0,00	
Psicologia			Incluído Saúde Mental	€ 12,50	
Psiquiatria			Incluído Ambulatório	€ 12,50	
Outras especialidades			Incluído Ambulatório	Até €20,00	
Parto	100%	30%	€ 2.000,00	€ 250,00	
Estomatologia	100%	30%	€ 250,00		
Aparelhos e Próteses Exames Auxiliares				50%	
Restantes Atos Médicos (p/ato)				€ 15,00	
Rest. atos Clínica (p/ato)				€ 10,00	
2ª Opinião			Ilimitado		

ANEXO III

LISTAGEM DE PESSOAS SEGURAS

Colaborador	Género	Data de Nascimento
Titular	F	17/08/73
Titular	F	21/02/77
Titular	F	03/11/74
Titular	F	29/08/74
Descendente	F	09/01/09
Descendente	F	12/12/27
Titular	F	10/02/69
Titular	M	14/01/64
Cônjuge	F	02/06/63
Titular	F	24/02/74
Descendente	M	03/12/15
Titular	M	02/03/70
Titular	M	15/09/69
Titular	M	13/04/73
Titular	F	15/10/79
Descendente	M	22/07/07
Descendente	F	24/03/17
Titular	F	04/08/85
Titular	F	16/01/81
Titular	F	29/10/93
Titular	M	05/04/78
Titular	M	20/11/77
Titular	F	09/09/86
Titular	F	27/06/91
Titular	F	21/03/84
Titular	M	03/07/70
Titular	M	27/01/94
Titular	F	18/09/86
Descendente	F	19/08/22
Descendente	F	13/03/20
Titular	M	20/03/89
Titular	M	15/09/97
Titular	M	24/05/89
Titular	M	22/02/92
Titular	F	19/07/90
Titular	F	03/11/88

Titular	F	12/02/86
Titular	M	06/09/71
Titular	F	29/10/93
Titular	M	02/05/95

N.º de pessoas seguras: 40

